

## Editando questões de gênero: ato científico e político

**Carolina Frazon Terra**  
**Luís Mauro Sá Martino**  
**Francisco de Assis**

Faculdade Cásper Líbero | [libero@casperlibero.edu.br](mailto:libero@casperlibero.edu.br)

A despeito do muito que se pode dizer, em termos teóricos, no introito de uma publicação dedicada quase integralmente a questões de gênero – considerações as quais, aliás, os autores o fazem, na sequência, de maneira profunda –, queremos iniciar esta edição de **LÍBERO** refletindo sobre o trabalho editorial orientado a preparar textos sobre tal temática. E assim procedemos porque há peculiaridades nesse processo, uma vez que as reflexões atravessadas pelo conceito de gênero, e por seus desdobramentos, imbricam dimensões científica e política, método e postura crítica, argumentos e reivindicações. Ao inserir na agenda acadêmica as pautas levantadas no tecido social, especialmente por feministas, pela comunidade LGBTQIA+ e por movimentos sociais, pesquisadorxs introjetam no fazer da ciência, sem prescindir de rigor teórico-metodológico, as demandas de diferentes grupos, que buscam legitimar seu lugar, seu papel e seu protagonismo no mundo – o que, aliás, historicamente lhes tem sido negado. Não se trata de reproduzir o senso comum ou de fazer da pesquisa uma tribuna partidária, mas de olhar criticamente para os fenômenos

sociais – e comunicacionais, no nosso caso – e buscar compreender dinâmicas e sentidos, a fim de contribuir com possíveis mudanças de paradigmas. Esta atitude, em certo sentido alinhada à clássica e conhecida assertiva de Antonio Gramsci, a que nos exorta a sermos pessimistas no pensamento e otimistas na ação, procura viabilizar desde grandes feitos ansiados pelas consideradas “minorias sociais” – aquelas que fogem ao padrão dominante masculino-hetero-cis-branco –, no que diz respeito a direitos e oportunidades, até pequenas reparações, como a adoção de flexões de gênero que não invisibilizem certos grupos ou, ainda, do muito recentemente estabelecido gênero neutro.

Todas essas particularidades têm sido colocadas em discussão por agentes políticos que, de diferentes maneiras, compreendem ser necessário, para romper estruturas opressoras e combater discriminações naturalizadas no curso da história – como o machismo, o sexismo, a homofobia –, voltar a atenção a sutilezas também responsáveis, no dia a dia, por fomentar normatizações. Daí, por exemplo, mulheres eleitas para ocupar os mais altos cargos como chefes de Estado – como são os casos de Dilma Rousseff, no Brasil, e de Cristina Kirchner, na Argentina – insistirem em serem chamadas de “presidentas”, mesmo que a norma culta da língua – nos casos em questão, do português e do espanhol – (ainda) não reconheça a pertinência da palavra. Teimar no uso da flexão do termo no feminino não é detalhe desimportante. Pôr em dúvida o padrão normativo da linguagem, excludente por essência e reflexo da hegemonia masculina, denuncia que o poder exercido sobre certos grupos é estrutural e se imiscui em todas as dimensões da vida e da vida social, como nos modos de dizer.

Vivemos, pois, um momento de desconstruções. Somos chamados, como cidadãos, mas principalmente como pesquisadorxs, a ultrapassar modelos obsoletos que reforçam estigmas e costumes retrógrados. Mais: somos convidados a dar atenção a – e a aprender com – vozes que, por muito tempo, foram silenciadas e apagadas da história oficial. É o caso das mulheres negras e das pessoas trans. Por isso, tão importante é dar destaque, na redação de textos de natureza científica, aos grupos a que tais autores pertencem. Indicar, por exemplo, que Paul B. Preciado, bastante referenciado nesta edição, é um filósofo feminista transgênero, ou que bell hooks, igualmente citada nos artigos a seguir, é autora feminista e ativista antirracista, que faz questão de ter seu nome grafado com letras minúsculas, a fim de chamar a atenção menos para sua assinatura que para suas ideias, demarca postura política. Tudo isso está relacionado a um pujante contexto de validação de epistemologias outras que não aquelas tradicionalmente aceitas – e marcadas por padrões dominantes, reforce-se. Do ponto de vista da edição, escritos assim, que operam tensionamentos, merecem ser respeitados, cuidadosamente preparados e, enfim, destacados nas formas condizentes ao pensamento que fazem conhecer. No fomento a uma ciência interdisciplinar por excelência e alicerçada nas dinâmicas sociais, zelar pelo espaço em que esse tipo de debate ocorre resulta também um gesto reflexivo, comprometido com a coletividade.

O dossiê **Gênero, mídia e política**, que ocupa posição central neste número de **LÍBERO**, foi organizado nos parâmetros acima sinalizados, tendo sido conduzido pelas professoras Kelly Cristina de Souza Prudencio e Carla Candida Rizzotto, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – que gentilmente aceitaram nosso convite para tal empreitada e às quais mais uma vez agradecemos. A partir de uma perspectiva crítica e decolonialista,

elas cuidaram para que o processo de chamada, avaliação e seleção dos textos, além de rigoroso, fosse também plural. Dos 35 artigos submetidos, 10 (28,57%) foram aprovados e formam o conjunto apresentado. Na introdução, intitulada *Do ativismo à representação: por uma agenda de pesquisa sobre mídia, gênero e política*, as editoras convidadas oferecem chaves de leitura que conduzem à apreciação das abordagens.

Os quatro primeiros artigos triangulam gênero e política com a produção jornalística. Em *A visibilidade também é política: o lugar das mulheres na cobertura do Jornal Hoje e do JMTV 1ª Edição*, Daniele Silva Lima, Nayara Nascimento de Sousa e Camilla Quesada Tavares observam como dois telejornais – um de abrangência nacional e outro regional – desenvolvem pautas que trazem as mulheres como tema e como fontes, verificando baixos números, mas, ao mesmo tempo, abordagens com enfoques positivos. *Jornalismo e violência contra mulheres: o livro-reportagem do #MeToo e o sentido político da quebra de silêncio*, de Lais de Mello Rocio e Rafael da Silva Paes Henriques, aprofunda a leitura do livro-reportagem *Ela disse: os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo* – de Jodi Kantor e Megan Twohey, repórteres do *New York Times*, que ganharam Prêmio Pulitzer em 2018 –, revelando se tratar de um trabalho jornalístico que problematiza as muitas faces da violência de gênero, em detrimento de apenas noticiá-la. Em seguida, Karina Gomes Barbosa e Yasmine Feital Calçado Barbosa, em *Violências de gênero em ambientes digitais: uma análise de discursos masculinistas em comentários sobre a Marcha das Vadias no G1*, investigam a participação de internautas nas páginas do portal do Grupo Globo, mostrando como o machismo e o sexismo se destacam nas expressões de opinião, tornando-se mesmo discursos de ódio. Enfim, Liziane Soares Guazina e Ana Gabriela Guerreiro Leite, em *Frame sponsorship e populismo de direita no Brasil: o “kit gay” na Folha de S.Paulo*, analisam os enquadramentos conferidos por um dos principais jornais de prestígio do país à desinformação gerada em torno de um material de combate à homofobia publicado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2011 e que, conforme diagnosticam as autoras, ditou o tom da corrida eleitoral à presidência da República em 2018.

Num segundo momento, o dossiê se volta a particularidades do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e à maneira como a pasta e sua titular dialogam com as mulheres. A discussão aparece nos artigos *Mulheres e Covid-19: uma análise discursiva sobre a cartilha do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*, de Maíra Teixeira Ferrari e Mariana Ramalho Procópio, e *“Proteger a mulher é fortalecer a família”: o reconhecimento ideológico das mulheres nos tweets do MMFDH e da ministra Damares Alves*, de Helen Anacleto, Louize Nascimento e Luciane Leopoldo Belin. O primeiro revela um discurso paternalista, que idealiza um tipo específico de feminilidade, acionando sentidos anacrônicos, e que naturaliza as relações de violência. O outro identifica a divulgação de uma agenda neoconservadora que deixa de lado demandas emancipatórias e insiste em colocações direcionadas a manter as interlocutoras do Ministério sob tutela.

Outras três contribuições do dossiê problematizam objetos extraídos de plataformas digitais. *Pai precisa ter pau? Os sentidos de masculinidades sobre Thammy Miranda postos em circulação no Twitter*, de Kalliandra Quevedo Conrad, Valquíria Michela John, Regiane Regina Ribeiro, Larissa Drabeski e Felipe da Costa, se volta aos comentários tecidos por internautas a respeito de uma campanha publicitária de Dia dos Pais que incluiu, entre os

participantes, um homem trans que acabara de se tornar pai. *Representação política discursiva no Facebook: análise da atuação de mulheres vereadoras*, artigo de Nathália Lima Kahwage e Danila Cal, observa como vereadoras das maiores capitais da região Norte do Brasil, Manaus e Belém, utilizam as redes sociais como vitrine de suas atuações na política e para estabelecer vínculo com o eleitorado. Já Ettore Stefani de Medeiros e Caio Benevides Pedra, em *A propagabilidade midiática de expressões trans(-)viadas: ressignificação de ofensa em potência*, se propõem a mostrar como termos ofensivos historicamente direcionados a travestis e transgêneros ganham novas conotações ao serem mobilizados pela comunidade LGBTQIA+ em espaços de comunicação digital.

Por fim, *O feminismo na capoeira: corpo, gênero e política para além das rodas*, de Raquel Gonçalves Dantas e Denise da Costa Oliveira Siqueira, trata da Capoeira Angola, um tipo particular de capoeira que oferece espaço para as mulheres serem protagonistas em um jogo tido como expressão masculina, avaliando de que maneira a mídia têm construído imaginários a tal respeito ao longo das últimas três décadas.

A seção **Artigos**, dedicada a temas livres, mantém relação estreita com o dossiê, porque os três originais que a compõem se relacionam, cada um a seu modo, ao binômio gênero e política. O primeiro deles, *Lei Maria da Penha como conceito operador para análise das representações de violência doméstica em telenovelas*, de Paula Guimarães Simões e Danielle Silva Peixoto, avalia a telenovela *O outro lado do paraíso*, exibida pela Rede Globo entre 2017 e 2018, a partir de categorização amparada na legislação brasileira que dá conta dos casos de violência doméstica. Depois, em *Transições da multidão e transformações comunicativas nas releituras de O Quarto Estado*, Lucrécia D'Alessio Ferrara e Fabíola Ballarati Chetetto analisam uma série de releituras de um quadro pintado pelo artista italiano Giuseppe Pellizza da Volpedo, observando como tensões políticas são reveladas em imagens que mimetizam a tela pintada em 1901. E, por último, Edson Capoano e Vanessa Teixeira de Barros, no texto *Panorama da informação na web sobre imigração de brasileiros a Portugal*, aferem as maneiras pelas quais as informações sobre políticas migratórias e sobre outras questões correlatas têm sido buscadas pelos brasileiros que decidem morar na Europa, mais precisamente em Portugal.

Temos aqui, como se vê neste panorama, uma edição de fôlego, que esperamos continue sendo a tônica da revista. Para encerrar, ainda deixamos registrado nosso agradecimento à pós-doutoranda Dora Carvalho, que tem dado apoio na revisão dos artigos, e ao mestrando Felipe Fonseca, pela disponibilidade em ceder fotografia para ilustrar a capa.

Retomando a deixa com a qual iniciamos o editorial, desejamos que este número de **LÍBERO** seja proveitoso a **todas, todes e todos**.